



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000375-47.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **BANCO DO BRASIL S.A**  
 Requerido: **ADELINO ANTONIO BIANCARDI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S.A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de ADELINO ANTONIO BIANCARDI, também qualificado, alegando seja credor dos réus pela importância de R\$ 59.192,89 referente ao saldo devedor do Termo de Adesão ao Regulamento do Cartão BNDES n.º 293.103.056 liquidado em 18/11/2011, valor efetivamente utilizado pelos requeridos que, entretanto, não procedendo à devida cobertura do saldo devedor, de modo que postula a expedição de mandado de pagamento, a fim de citar o requerido para efetuar o pagamento.

O réu opôs embargos ao mandado de pagamento sustentando carência de interesse processual vez que o banco autor/embargado não disporia de título ensejador de pagamento em dinheiro, sendo inadequado o uso da ação monitória; no mérito, afirma se tratar de dívida oriunda de contratos sucessivos e que o banco autor/embargado teria realizado lançamentos de débitos indevidos e não autorizados, o que pretende discutir em ação revisional no futuro, apontando que o pacto de adesão firmado implicaria em abusos que cumpre ao juiz impedir, atento aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, concluindo pela improcedência da ação.

O autor/embargado respondeu sustentando a presença das condições da ação porquanto frustradas todas as tentativas de resolução amigável não restou alternativa se não a interposição da presente demanda a fim de que o Banco Embargado pudesse receber o débito dos Embargante, enquanto no mérito destacou que o contrato configura um ato jurídico perfeito, em conformidade com o artigo 212, inciso II, do Código Civil, devendo o embargante observar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrente da assinatura e da sua concordância, entendendo não possa ele socorre-se das normas protecionistas do Código de Defesa do Consumidor, eis que o negócio em discussão não se enquadra entre os atos de consumo, concluindo pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito ao réu/embargante, o Termo de Adesão Cartão BNDES é documento apto ao manejo da ação monitória: *“Apelação - Ação monitória - Termo de adesão ao regulamento do cartão BNDES / concessão de crédito rotativo - Julgamento antecipado da lide Cerceamento de defesa Falta de realização de prova pericial Desnecessidade de dilação da fase instrutória Código de Defesa do Consumidor Inaplicabilidade ao caso concreto”* (cf. Ap. nº



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

001820-11.2012.8.26.0042 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 14/04/2014 <sup>1</sup>).

No mérito, cumpre inicialmente destacar que o Código de Defesa do Consumidor não pode ser aplicado ao presente caso, atento a que o BNDES não contrate nem conceda crédito a consumidores finais, mas sim a empresas e empresários individuais (*que é o caso do réu/embargante, indicado por nome fantasia Móveis ME e cadastrado por CNPJ – vide fls. 17*), o que implica concluir “*não se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contrato bancários de financiamento de capital de giro, mormente quando a contratante é pessoa jurídica e, muito provavelmente, tomou emprestado dinheiro para aplicar em sua atividade produtiva, não sendo considerada, pois, destinatária final do serviço*” (RT 772/264 – in CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM <sup>2</sup>), além do que não haveria falar-se em hipossuficiência ou vulnerabilidade da empresa, “*pela simples constatação de que dispõem de força suficiente para sua defesa*” (cf. JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO <sup>3</sup>).

Prosseguindo, o réu/embargante sustenta que a dívida discutida é oriunda de contratos sucessivos e que o banco autor/embargado teria realizado lançamentos de débitos indevidos e não autorizados, o que pretende discutir em ação revisional no futuro.

Logo, se a discussão é remetida para o futuro pelo próprio réu/embargante, quando deveria fazê-lo nestes embargos, porquanto se trate de seara própria e precedente à formação do título executivo judicial, a este Juízo não há senão concluir pela renúncia da parte do embargante.

Diga-se mais, ainda que este Juízo, buscando tutelar o interesse do réu/embargante, pretendesse analisar o tema referente aos supostos “*lançamentos de débitos indevidos e não autorizados*” (sic.), esbarraríamos na generalidade com que se houve a parte, porquanto seja sabido que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “*a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida*”, pois da clareza desses dados dependerá “*que o réu possa preparar sua defesa*” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS <sup>4</sup>).

Mas não é só: “*atos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO <sup>5</sup>).

Ora, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram*

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 76.

<sup>3</sup> JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO, *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, Forense Universitária, SP, 2002, p. 28.

<sup>4</sup> MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

<sup>5</sup> CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações”* (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a *“alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório”* (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator <sup>6</sup>).

Quanto ao argumento de que a operação discutida implicaria em abuso por força de ter sido firmada a partir de instrumento de adesão, não tem razão o embargante, porquanto mesmo o Código de Defesa do Consumidor *“não fulmina de nulidade todos os ajustes, mesmo nos contratos de adesão, que possam ser havidos, posteriormente, pelo contratante de menor poder econômico como desfavoráveis a ele em algum aspecto”* (Ap. nº. 522.303-00/6 – 2º TACSP – v. u. - VIEIRA DE MORAES, Relator) <sup>7</sup>.

Rejeitam-se os embargos, portanto, ficando constituído de pleno direito o título executivo pelo valor indicado na inicial, de R\$ 59.192,89, ao qual devem ser acrescidos correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, pois *“O critério de cálculo após o ajuizamento da execução é com base na Lei n. 6.899, de 1981”* (Ap. n. 716.227-2 – 7ª Câmara. 1º TACSP – v. u. - ROBERTO MIDOLLA, Relator) <sup>8</sup>, atento a que, *“superada a etapa de liquidação, passou-se ao processo de execução por quantia certa, quantia que somente poderá ser acrescida dos juros e correção monetária”* (RE n. 6.974/SP – STJ - Relator o Min. ATHOS GUSMÃO CARNEIRO) <sup>9</sup>.

O réu/embargante sucumbe, cumprindo-lhe arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos opostos pelo réu/embargante ADELINO ANTONIO BIANCARDI, em consequência do que fica constituído de pleno direito do título executivo em favor do autor/embargado BANCO DO BRASIL S.A, pelo valor de R\$ 59.192,89 (*cinquenta e dois mil cento e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos*), ao qual se admite o acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu/embargante arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na de seu representante legal ou então pessoalmente, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

P. R. I.

São Carlos, 22 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>6</sup> LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

<sup>7</sup> JTACSP, Vol. 174, pág. 423;

<sup>8</sup> JTACSP - Volume 168 - Página 79.

<sup>9</sup> JTACSP - Volume 168 - Página 79.